



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO CLIPPING – JORNAIS IMPRESSOS

Correio de Sergipe. Aracaju, 21 de março de 2019

Correio Urbano

Correio de Sergipe • Aracaju • Quinta-feira 21 de março de 2019

A6 GERAL

Facebook: JornalCorreiodeSergipe

Fechados

SE está com todos os matadouros públicos interditados, diz MPE

■ APENAS DOIS ESTABELECIMENTOS, UM EM PROPRIÁ E OUTRO EM ITABAIANA, QUE SÃO PARTICULARES, ESTÃO LICENCIADOS

Todos os matadouros públicos de Sergipe estão interditados por falta de licenças dos órgãos competentes, em virtude da ausência de condições sanitárias e outras irregularidades. A informação é do Ministério Público Estadual (MPE). Agora, apenas dois estabelecimentos, um em Propriá e outro em Itabaiana, que são particulares, estão licenciados para o abate. Marchantes estimam em 20 mil famílias prejudicadas no estado com a crise enfrentada nesta atividade.

A Operação Abate, coordenada pelo MPE em parceria com as Promotorias de Justiça dos municípios sergipianos e com o apoio da Vigilância Sanitária de Sergipe, da Administração Estadual do Meio Ambiente



■ Municípios se comprometeram a providenciar as licenças necessárias

(Adema), da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro), do Conselho Regional de Arquitetura e Agronomia (CREA-SE), do Conselho Regional de Medicina Veterinária, da Polícia Rodoviária

Federal (PRF) e da Polícia Militar, interditou, na última terça-feira (19), os matadouros de Nossa Senhora das Dores e Siriri.

A Emdagro afirma que os municípios como Poço Redondo e Canindé foram autorizados a realizar o abate em Paulo Afonso (BA) e em Ribeira do Pombal (BA), ambos com Serviços de Inspeção Estadual da Bahia.

• Fiscalização

De acordo com a promotora de Justiça Cláudia Calmon, a segunda etapa da operação realizada a partir de agora é a fiscalização dos mercados e de feiras livres, a fim de verificar se a carne comercializada possui o certificado de inspeção. "As carnes que não estiverem com o devido selo serão apreendidas", informa a promotora.

• Sem condições

Segundo o MPE, como em tantos outros já interditados no estado, em Dores e Siriri os matadouros foram fechados após constatação de que os animais eram maltratados, sendo abatidos com marreta e não com pistola pneumática. Além disso, a emissão de dejetos era feita diretamente no solo e a falta de licenciamento ambiental foi também motivo para interdição. Tanto os marchantes de Dores quanto os de Siriri deverão buscar o apoio dos abatedouros privados mais próximos para fazer o abate dos animais.

• Audiências

Ainda de acordo com o MPE, as medidas emergenciais foram acordadas em audiência pública durante a qual foi

firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), através do qual os municípios se comprometeram a providenciar as licenças necessárias para regularizar o funcionamento dos locais, bem como a apresentar e comprovar, em 90 dias, o protocolo do Plano de Recuperação da Área Degradada (PRAD), devidamente aprovado pela Adema. Além disso, dentre outras medidas, deverão fiscalizar assiduamente o mercado municipal, feiras livres, açougues e estabelecimentos congêneres que realizem a comercialização de produtos de origem animal.

ajn⁰ Lab. mult. mídia e cipe
Acesso: www.ajn.com.br